JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.05.03 06:07:14 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 3 de maio de 2023 • Nº 1551 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

ABRIL

Balança tem superávit de US$ 8,225 bilhões

A balança comercial brasileira apresentou, em abril, um superávit de US$ 8,225 bilhões, um crescimento de 5,5%, segundo dados divulgados ontem pela Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). As exportações no período chegaram a US$ 27,365 bilhões, enquanto as importações foram US$ 19,14 bilhões, ficando a corrente de comércio em US$ 46,505 bilhões. De janeiro a abril, as exportações totalizaram US$ 103,54 bilhões, um crescimento de 1,8% em relação às importações, com US$ 79,47 bilhões, queda de 2,2%. Como consequência desses resultados, a balança comercial apresentou superávit de US$ 24,07 bilhões, um crescimento de 17,9%, e a corrente de comércio registrou estabilidade, atingindo US$ 183,01 bilhões. PÁGINA 2

CRIME SEM CASTIGO

Tarcísio 'passa pano' para secretário de fake news

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) se recusou a responder sobre a permanência no governo do secretário Lucas Ferraz, de Negócios Internacionais, depois que uma confusão envolvendo a pasta e a empresa ucraniana Antonov gerou desgaste entre o Palácio dos Bandeirantes e o governo Lula (PT). Ontem, em entrevista à imprensa na Assembleia Legislativa, Tarcísio foi questionado duas vezes sobre o assunto e não respondeu. "Não vou falar sobre isso hoje", disse. Interlocutores do governador, no entanto, afirmam que Ferraz deve permanecer no cargo. O governador esteve na sede do Legislativo para entregar dois projetos de lei --um que prevê aumento de salário para policiais militares e civis. PÁGINA 3

JUNTA COMERCIAL

Governo do RJ facilita a criação novos negócios

Reforçando o compromisso com a desburocratização, simplificação e agilidade de processos, o Governo tirou do papel uma iniciativa para atrair novos negócios para o RJ. Trata-se da Resolução Cogire 07, da Junta Comercial (Jucerja), publicada ontem no Diário Oficial. Na prática, a medida garante mais celeridade na concessão de alvarás, facilitando a abertura de empresas em todo território fluminense. "Essa é mais uma medida para desburocratizar o Estado e atrair novas empresas, garantindo mais emprego e renda em todo o Rio de Janeiro. É nosso compromisso manter um ambiente de negócios atraente, que incentive investimentos, para fomentar ainda mais a economia", declarou o governador Cláudio Castro. PÁGINA 4

CÂMARA

Lira adia votação do PL das Fake News para evitar derrota

LULA MARQUES/ABRASIL

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) (**foto**), adiou ontem a votação do PL das Fake News, numa tentativa de evitar a primeira derrota da articulação política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No início da sessão, o relator do PL das Fake News, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), pediu a retirada de pauta do texto, sob argumento de que recebeu várias propostas para serem incluídas na proposta. Segundo ele, "mesmo após todos os encontros e ouvindo todas as bancadas", não houve tempo útil para examinar todas as sugestões. O deputado então pediu a Lira mais tempo para incorporar as sugestões feitas, "de modo que possamos ter uma posição que unifique o plenário da Câmara dos Deputados num movimento de combater desinformação, garantir liberdade de expressão, responsabilidade para as plataformas e transparência na internet".

Moraes manda PF ouvir big techs após ataque ao PL das Fake News

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou que a Polícia Federal tome depoimentos dos "presidentes ou equivalentes" das big techs no prazo de cinco dias sobre ofensiva contra o PL das Fake News. Em decisão ontem, Moraes diz que o objetivo é esclarecer as razões de os dirigentes terem autorizado a utilização de mecanismos que, segundo o ministro, podem constituir abuso de poder econômico. PÁGINA 3

BNDESPAR

JOSE CRUZ/ABRASIL

BNDES investirá em fundos para ajudar pequenas empresas

Ainda sem uma posição definida sobre os juros de financiamentos de longo prazo, o BNDES anuncia hoje investimentos de até R$ 1,45 bilhão em seis fundos de investimento em participações (FIPs) de pequenas e médias empresas. Para isso, o BNDESPar, braço de investimento do banco estatal, lançou um edital de chamamento público para os interessados. "O banco tem entre seus segmentos prioritários as micro, pequenas e médias empresas e lança mais um instrumento importante, neste momento econômico de aversão ao risco, para que as empresas possam investir gerando emprego e renda", disse o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante (**foto**). Pelas regras, o banco vai libera até 25% do valor do fundo selecionado —o que explica o efeito multiplicador de investimento dessa modalidade. PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: -2,4% / 101.926,95 / -2.504,68 / Volume: R$ 23.607.553.969 / Negócios: 4.176.644

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
IRBBRASIL REON NM	34.14	+8.48	+2.67
SUZANO S.A. ON NM	40.68	+2.21	+0.88
HAPVIDA ON NM	2.79	+1.09	+0.03
ENERGISA UNT N2	42.18	+0.91	+0.38
RAIADROGASILON ED NM	26.60	+1.22	+0.32

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
VIBRA ON NM	12.33	–6.59	–0.87
PETZ ON ED NM	5.77	–6.48	–0.40
LOJAS RENNERON NM	14.92	–5.81	–0.92
3R PETROLEUMON ES NM	29.910	–5.56	–1.760
BRASKEM PNA N1	18.81	–4.95	–0.98

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	69.54	–3.95	–2.86
PETROBRAS PN EDR N2	22.74	–4.05	–0.96
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	24.90	–3.88	–1.00
BRADESCO PN N1	13.65	–1.44	–0.20
SUZANO S.A. ON NM	40.68	+2.21	+0.88

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.684,53	-1,08
NASDAQ Composite	12.080,506	-1,08
Euro STOXX 50	4.292,66	-1,53
CAC 40	7.383,2	-1,45
FTSE 100	7.773,03	-1,24
DAX 30	15.726,94	-1,23

Salário mínimo	R$ 1.302,00	IGP-M	-0,95% (abr.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 4,3329	IPCA 5	0,55% (abr.)	Compra: 5,5977	Venda: 5,7777
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(22/03)	13,75%	0,05	até o dia 2/mai.	Compra: 5,0329	Venda: 5,0334
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(03/5)	0,58%	BM&F/grama	R$ 320,50	Compra: 5,0456	Venda: 5,0462
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(04/2023)	0,0821%	Compra: 5,5534	Venda: 5,5541	Compra: 5,0564	Venda: 5,2364

Economia

MERCADOS

Bolsa cai 2,4% e dólar sobe de olho na decisão do Copom sobre juros

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em queda ontem refletindo os índices americanos e a cautela do mercado antes de decisões sobre juros do Banco Central (BC) e do Fed (Federal Reserve, o banco central americano).

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em queda de 2,4%, a 101.926 pontos. O dólar subiu 1,16%, a R$ 5,046.

Nos mercados futuros, os contratos de juros com vencimentos para janeiro de 2025 caíam de 12,06% para 12%. Os para 2027 ficaram estáveis em 11,81% para 11,76%, e os de 2029 saíam de 12,11% para 12,13%.

A queda na Bovespa acompanha os índices dos Estados Unidos, impactados pela preocupação com o setor bancário do país. Dow Jones e Nasdaq fecharam em queda de 1,08%, enquanto o S&P500 caiu 1,16%.

A queda do Ibovespa também foi puxada pelas ações ligadas às commodities, como Vale e Petrobras, que têm grande peso no índice, destaca o economista da Nomos Alexsandro Nishimura.

As ações da Vale caíram 4,26%, enquanto a Petrobras registrou queda de 4,53% nas ações ordinárias e de 4,09% nas preferenciais, após diminuição nos preços do petróleo e do minério de ferro.

O petróleo tipo Brent caiu cerca de 5%, para US$ 75,32, uma mínima de cinco semanas, devido a preocupações com a economia americana. Já o minério de ferro caiu 0,51%.

O PacWest Bank, banco americano de médio porte, chegou a ter seus papéis suspensos nas negociações em Nova York e registrou queda de 27,8% em suas ações ontem. O Western Alliance, outro banco regional, teve queda de 15%.

COMÉRCIO EXTERNO

Balança comercial de abril tem superávit de US$ 8,225 bi

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

A balança comercial brasileira apresentou, em abril, um superávit de US$ 8,225 bilhões, um crescimento de 5,5%, segundo dados divulgados ontem pela Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). As exportações no período chegaram a US$ 27,365 bilhões, enquanto as importações foram US$ 19,14 bilhões, ficando a corrente de comércio em US$ 46,505 bilhões.

De janeiro a abril, as exportações totalizaram US$ 103,54 bilhões, um crescimento de 1,8% em relação às importações, com US$ 79,47 bilhões, queda de 2,2%. Como consequência desses resultados, a balança comercial apresentou superávit de US$ 24,07 bilhões, um crescimento de 17,9%, e a corrente de comércio registrou estabilidade, atingindo US$ 183,01 bilhões.

Na comparação com as médias do mesmo mês do ano passado, houve queda de 0,3% nas exportações. Em 2022, elas somaram US$ 1.524,72 bilhões, e em 2023, US$ 1.520,28 bilhões. Em relação às importações, houve queda de 2,6% na comparação entre as médias do mês de abril deste ano (US$ 1.063,35 bilhões) com abril de 2022 (US$ 1.091,73 bilhões).

Já a média diária da corrente de comércio em abril deste ano totalizou US$ 2.583,63 milhões e o saldo, também por média diária, foi de US$ 456,93 milhões. Comparando-se esse período com a média de abril de 2022, houve queda de 1,3% na corrente de comércio.

Entre os parceiros econômicos, o destaque nas exportações foi para a Argentina, com aumento de 38,3%, totalizando US$ 1,66 bilhão. Para China, Hong Kong e Macau o aumento foi 5,3%, totalizando US$ 9,36 bilhões.

Já as exportações para os Estados Unidos diminuíram 7,6%, totalizando US$ 2,57 bilhões e para a União Europeia, o decréscimo foi de 12,2%, totalizando US$ 3,46 bilhões.

Comparado com igual mês do ano anterior, as exportações em abril deste ano apresentaram crescimento de 13,7% na agropecuária, totalizando US$ 59,47 milhões e queda de 6,6% na indústria extrativa, cujo resultado foi negativo em US$ 20,52 milhões e produtos da indústria de transformação, também foi negativo em US$ 48,66 milhões.

A combinação desses resultados levou a uma diminuição das exportações, puxada principalmente pela diminuição na venda de óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus, minério de ferro e seus concentrados; óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos); na carne bovina fresca, refrigerada ou congelada; ouro, produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço.

Já as importações, apresentaram em abril, queda de US$ 5,91 milhões (23,5%) em agropecuária; crescimento de US$ 15,03 milhões (20,1%) em indústria extrativa e queda de US$ 38,45 milhões (3,9%) em produtos da indústria de transformação.

A diminuição foi puxada, principalmente, com a queda na importação de trigo e centeio, não moídos; milho não moído, exceto milho doce; soja; látex, borracha natural, balata, gutapercha, guaiúle, chicle e gomas naturais; produtos hortícolas, frescos ou refrigerados; óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos); adubos ou fertilizantes químicos; inseticidas, fungicidas e herbicidas.

Entre os parceiros econômicos, as importações da Argentina diminuíram 8,8%, totalizando US$ 890 milhões. O mesmo ocorreu com os EUA, cujo decréscimo foi de 21,4%, totalizando US$ 3,26 bilhões. Já as importações da China, Hong Kong e Macau aumentaram 2,8%, totalizando US$ 3,93 bilhões e da União Europeia o crescimento foi de 17%, totalizando US$ 3,67 bilhões.

ESTADOS

Bancos vão à Justiça contra devassa fiscal

Instituições bancárias deram início a uma enxurrada de ações contra o governo dos Estados para impedir a entrega da movimentação financeira das empresas para as Secretarias de Fazenda. Consideram que, para cumprir essa lei, terão de quebrar sigilo bancário de clientes, o que é proibido por outra legislação.

Em dois casos, a Justiça já deu ganho de causa para os bancos. A primeira vitória foi do Banco Mercantil, em Minas Gerais. Ontem, foi a vez do sindicato dos bancos no Paraná. Advogados envolvidos nas ações afirmam que outros estados já se preparam nessa ofensiva.

Sem alarde, desde o fim de abril, as informações sobre pagamentos e depósitos feitos por empresas, até mesmo as transações por Pix, têm de ser obrigatoriamente informadas às secretarias de Fazenda dos Estados, independentemente de ordem judicial ou processo administrativo ou fiscal.

Essa devassa nas contas de todo o País foi uma decisão tomada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária, o Confaz. Ela obriga os bancos a fornecerem esses dados com o objetivo de, em posse dessa movimentação, cruzar dados e verificar se os impostos estaduais estão sendo devidamente pagos.

Para os bancos, isso significa quebrar o sigilo bancário de seus clientes. Além disso, cria, ainda segundo o setor, uma espécie de "malha fina às avessas". Ou seja, obtém-se informações de todos para, posteriormente, verificar se a empresa é um contribuinte de ICMS e se houve uma sonegação.

2023

Mercado eleva para 1% projeção do crescimento do PIB brasileiro

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano subiu de 0,96% para 1%. A estimativa está no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente, em Brasília, pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) é de crescimento de 1,41%. Em 2025 e 2026, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 1,8% para os dois anos.

A previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a inflação oficial do país - também subiu: de 6,04% para 6,05% neste ano. Para 2024, a estimativa de inflação ficou em 4,18%. Para 2025 e 2026, as previsões são de 4%, para os dois anos.

A estimativa para este ano está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3,25% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%. Segundo o BC, a chance de a inflação oficial superar o teto da meta em 2023 é de 83%.

A projeção do mercado para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista, fixada em 3%, mas ainda dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em março, a inflação desacelerou para todas as faixas de renda. Ainda assim, puxado pelo aumento dos preços dos combustíveis, o IPCA ficou em 0,71%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado é inferior à taxa de fevereiro: 0,84%. Em 12 meses, o indicador acumula 4,65%, abaixo de 5% pela primeira vez em dois anos.

Para abril, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) - que mede a prévia da inflação oficial - ficou em 0,57% deste ano. A taxa é inferior na comparação com as de março de 2023 (0,69%) e de abril de 2022 (1,73%).

TAXA DE JUROS

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A taxa está nesse nível desde agosto do ano passado, e é o maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava nesse patamar.

Para o mercado financeiro, a expectativa é de que a Selic encerre 2023 em 12,5% ao ano. Para o fim de 2024, a estimativa é que a taxa básica caia para 10% ao ano. Já para o fim de 2025 e de 2026, a previsão é de Selic em 9% ao ano e 8,88% ao ano, respectivamente.

PEQUENAS EMPRESAS

BNDES vai investir até R$ 1,45 bi em fundos

Ainda sem uma posição definida sobre os juros de financiamentos de longo prazo, o BNDES anuncia hoje investimentos de até R$ 1,45 bilhão em seis fundos de investimento em participações (FIPs) de pequenas e médias empresas.

Para isso, o BNDESPar, braço de investimento do banco estatal, lançou um edital de chamamento público para os interessados.

"O banco tem entre seus segmentos prioritários as micro, pequenas e médias empresas e lança mais um instrumento importante, neste momento econômico de aversão ao risco, para que as empresas possam investir gerando emprego e renda", disse o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Pelas regras, o banco vai libera até 25% do valor do fundo selecionado —o que explica o efeito multiplicador de investimento dessa modalidade.

Pelas projeções, com R$ 1,45 bilhão, os fundos selecionados terão R$ 5,8 bilhões para aplicar em sua área de atuação (empresas de pequeno e médio portes).

Antes dessa nova rodada de investimentos, o banco contabilizava R$ 6,75 bilhões de capital comprometido em 48 fundos, alavancando R$ 25,65 bilhões. Ou seja, a cada real investido pelo BNDESPar, o setor privado (fundos) entrou com outros R$ 3,8.

NOVA ROTA

Companhia aérea Azul terá voos diretos de Campinas para Paris

A companhia aérea Azul deu início a voos diretos para Paris partindo de Campinas (SP). Com a nova rota, os clientes voam sem escalas em pouco mais de 11 horas.

Com seis frequências semanais, os voos partirão do Aeroporto Internacional de Viracopos, às 23h, com chegada prevista ao Aeroporto de Orly às 15h30. No sentido inverso, o voo partirá de Orly às 22h15, chegando em Campinas às 4h45.

O voo é operado pelo Airbus A350, considerado o avião mais moderno da indústria por consumir 20% a menos de combustível por assento e possuir alta eficiência técnico-operacional.

Esta aeronave tem capacidade para transportar até 334 passageiros, sendo 301 na classe econômica e 33 na classe executiva. Além disso, é mais leve, tem uma cabine silenciosa e mais ampla, janelas panorâmicas mais largas e maior espaço nos compartimentos de bagagem.

A empresa oferecerá ainda menu exclusivo criado pelo chef francês Claude Troisgros. Os pratos utilizam ingredientes brasileiros e técnicas clássicas francesas. Quem viajar na classe executiva receberá um cardápio completo que inclui entrada, prato principal e sobremesa. Já na econômica, os passageiros receberão apenas o prato principal.

O Aeroporto de Paris-Orly é o segundo maior da França, com mais de 30 milhões de passageiros por ano, e o mais próximo da região central da cidade, localizado a menos de 20 quilômetros ao sul de Paris.

Nota

BC ANUNCIA MUDANÇAS PARA REFORÇAR SEGURANÇA DO PIX

Para aumentar a segurança do Pix e evitar fraudes, o Banco Central anunciou ontem o aperfeiçoamento de duas funcionalidades: a notificação de infração e a consulta de informações vinculadas às chaves Pix para análise antifraude. As medidas, que exigem ajustes no sistema por parte do BC e das instituições financeiras, entrarão em vigor em 5 de novembro. A notificação de infração é uma funcionalidade usada pelas instituições financeiras para marcar chaves e usuários em casos de suspeita de fraude na transação. Com a mudança, serão criadas "etiquetas" específicas para a identificação das infrações cometidas. Esse registro passará a contar agora com novos campos, especificando a razão da notificação -por exemplo, golpe, estelionato, invasão da conta, coação e outros- e o tipo cometido de fraude -usuário que abriu uma conta sob falsidade ideológica ou emprestou indevidamente sua conta para alguma fraude (conta laranja).

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 30º 19º 5% 06:25 17:40 **OUTONO:** Dia de sol com poucas nuvens ao amanhecer e a noite.

CONGRESSO

Câmara adia votação do PL das Fake News

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adiou ontem a votação do PL das Fake News, numa tentativa de evitar a primeira derrota da articulação política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No início da sessão, o relator do PL das Fake News, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), pediu a retirada de pauta do texto, sob argumento de que recebeu várias propostas para serem incluídas na proposta.

Segundo ele, "mesmo após todos os encontros e ouvindo todas as bancadas", não houve tempo útil para examinar todas as sugestões.

O deputado então pediu a Lira mais tempo para incorporar as sugestões feitas, "de modo que possamos ter uma posição que unifique o plenário da Câmara dos Deputados num movimento de combater desinformação, garantir liberdade de expressão, responsabilidade para as plataformas e transparência na internet".

Lira, em resposta, disse que queria ouvir os líderes partidários e lembrou que colocar ou não o projeto em pauta é prerrogativa do presidente da Câmara. "Eu estou sendo justo com o país, não com radicalismos", disse.

Pouco depois, Lira pediu a líderes partidários que opinassem sobre o pedido do relator. Líder do PP na Câmara, André Fufuca (MA) concordou com a retirada de pauta.

"Eu gostaria pela boa fé e bom entendimento pudéssemos adiar essa votação e retirar de pauta a matéria para que todos possam construir uma matéria com ampla maioria que todos tenham certeza que estão votando que é melhor não apenas ao parlamento mas ao Brasil", disse.

Líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ), se manifestou de forma divergente e cobrou que o texto fosse votado nesta terça ou que já tivesse outra data para a votação. A bancada do Novo também pediu que a proposta fosse apreciada nesta sessão.

Lira, no entanto, acatou o pedido da maioria dos partidos e decidiu retirar o projeto de pauta. "O pedido do relator para mim já é suficiente", disse. "Portanto, de ofício, o projeto não será votado na noite de hoje." Cobrado por deputados da oposição sobre uma nova data, Lira se recusou a marcar nova votação.

STF

Moraes manda PF ouvir big techs após ofensiva contra PL das Fake News

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou que a Polícia Federal tome depoimentos dos "presidentes ou equivalentes" das big techs no prazo de cinco dias sobre ofensiva contra o PL das Fake News.

Em decisão ontem, Moraes diz que o objetivo é esclarecer as razões de os dirigentes terem autorizado a utilização de mecanismos que, segundo o ministro, podem constituir abuso de poder econômico.

Também cita o caso de, eventualmente, caracterizar ilícita contribuição com a desinformação praticada pelas milícias digitais nas redes sociais.

O ministro também solicita que as empresas Google, Meta, Spotify, Brasil Paralelo procedam a remoção integral, em no máximo de uma hora, de todos os anúncios e textos veiculados, propagados e impulsionados a partir do blog oficial do Google e com ataques ao projeto.

Moraes determinou as oitivas no âmbito do inquérito das fake news. Na decisão, ele citou ainda as possíveis práticas de "abuso de poder econômico" e "ilícita contribuição com a desinformação praticada pelas milícias digitais nas redes sociais".

Ele cita as publicações que se referem ao texto como "PL da Censura", "Como o PL 2630 pode piorar a sua internet", "O PL pode impactar a internet que você conhece", sob pena de multa de R$ 150 mil por hora de descumprimento por cada anúncio.

"As empresas, em 48 horas deverão remeter relatório circunstanciado sobre os anúncios realizados e valores investidos, bem como os termos sugeridos pelo buscador Google relativos ao assunto", acrescenta o ministro.

O Google também deve explicar os métodos e algoritmos de impulsionamento e induzimento à busca sobre "PL da Censura", bem como os critérios Impulsionamento do site, em desacordo com suas próprias regras de autorregulação.

Além dos motivos de ter anunciado sem o rótulo "meta ads" as informações contra o PL 2630, a indicação de fontes hiper partidárias na primeira página de busca, como referido no estudo da UERJ" e na página inicial de pesquisas uma mensagem de alerta para todos os usuários, afirmando que o PL iria "aumentar a confusão entre o que é verdade e mentira no Brasil".

Ele também manda que o Brasil Paralelo e Spotify apontem e expliquem os métodos e algoritmos de impulsionamento e induzimento à busca sobre "PL da Censura", bem como os motivos de terem veiculado anúncio político do Google.

As empresas devem informar quais as providências reais e concretas –enviando protocolos e documentos que comprovem as alegações– que realizam para prevenir, mitigar e retirar práticas ilícitas no âmbito de seus serviços e no combate à desinformação de conteúdos gerados por terceiros.

São citados principalmente os conteúdos direcionados por algoritmos, impulsionados e que gerem publicidade cuja distribuição tenha sido realizada mediante pagamento ao provedor de redes sociais ou por contas inautênticas e redes de distribuição artificial.

CRIME SEM CASTIGO

Cade abre investigação sobre ações de Google e Meta contra PL

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) abriu ontem um procedimento preparatório de inquérito administrativo para apurar o suposto abuso de posição dominante por parte do Google e da Meta, dona do Facebook e do Instagram, em meio às discussões do PL das Fake News.

De acordo com o Cade, a decisão foi tomada após o recebimento de denúncias de que as duas companhias estariam usando indevidamente as plataformas Google, YouTube, Facebook e Instagram para campanhas em desfavor do projeto de lei 2630.

A autarquia vai apurar se os atos podem ser configurados como abuso de posição dominante no uso do algoritmo para tomar medidas visando benefício próprio e menciona notícias veiculadas pela imprensa nacional sobre o tema.

A Folha de S.Paulo mostrou ontem que o Google lançou uma ofensiva contra o PL, de acordo com emails, prints e relatos obtidos pela reportagem, e como sugere um levantamento do NetLab, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

No mesmo dia, a empresa instalou um link abaixo de sua caixa de busca, com a frase "O PL das fake news pode piorar sua internet", direcionando o internauta para uma série de críticas ao projeto. O link foi retirado ontem.

O despacho de instauração do procedimento afirma que o Cade "está atento e buscando combater infrações à ordem econômica em mercados digitais".

"Considerando a dinamicidade do setor e a sua importância para a economia mundial, a autarquia entende ser necessária a adoção de medidas céleres e precisas, observando as competências legais da autoridade antitruste", diz nota do órgão.

O Cade relembra que Google e Meta estão sendo investigados em outros inquéritos que apuram indícios de infração à ordem econômica.

Na reação do governo, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, anunciou nesta terça que emitiu medida cautelar obrigando o Google a informar que o link em sua página inicial foi uma publicidade e exigindo contrapropaganda para mostrar benefícios do projeto de lei.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), disse que iria pedir um inquérito a respeito no Cade. O Ministério Público Federal em São Paulo também expediu ofício cobrando explicações do Google sobre o caso.

MORO PARCIAL

Novo juiz da Lava Jato anula condenação de Sérgio Cabral

O juiz Eduardo Appio, novo responsável pelos processos da Operação Lava Jato em Curitiba, anulou a condenação imposta em 2017 contra o ex-governador Sérgio Cabral pelo ex-juiz Sergio Moro.

O magistrado concordou com pedido da defesa de Cabral para considerar parcial a atuação de Moro, atualmente senador pela União Brasil-PR, com base nas mensagens trocadas entre o ex-magistrado e o ex-procurador Deltan Dallagnol, atualmente deputado federal.

"Os diálogos juntados aos presentes autos pela defesa de Sérgio Cabral demonstram, de forma absolutamente segura e irrefutável, que existem indícios mais do que suficientes de cumplicidade entre estes dois agentes do Estado brasileiro, em desfavor de um acusado em processo criminal", escreveu o magistrado em decisão nesta terça-feira.

Cabral foi condenado a 14 anos e 2 meses de prisão neste processo, pena mantida pelo TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região).

Apesar das recentes vitórias judiciais que culminaram na liberdade do ex-governador, a defesa de Cabral tinha especial atenção a essa ação penal, cujos recursos já estavam em vias de serem analisados no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Nesse processo, o ex-governador é acusado de receber R$ 2,7 milhões de propina por obras do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro).

A defesa de Cabral disse celebrar a decisão, tomada "após ter sido autorizada pelo ministro Ricardo Lewandowski a utilização das provas públicas oriundas da Operação Spoofing", que apreendeu em 2019 com hackers as mensagens trocadas entre autoridades da Lava Jato.

"Trata-se de um grande passo em defesa do devido processo legal e do Estado democrático de Direito", afirmaram, em nota, os advogados Patrícia Proetti e Carlos Eduardo Frazão.

O ex-governador ainda acumula 20 condenações criminais, 19 relacionadas à Lava Jato. Desde 2021, porém, obteve vitórias nos tribunais superiores que levaram à anulação de três sentenças --Appio lhe garantiu a quarta vitória nesse tema.

CRIME SEM CASTIGO

Tarcísio 'passa pano' para secretário que divulgou Fake News

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) se recusou a responder sobre a permanência no governo do secretário Lucas Ferraz, de Negócios Internacionais, depois que uma confusão envolvendo a pasta e a empresa ucraniana Antonov gerou desgaste entre o Palácio dos Bandeirantes e o governo Lula (PT).

Ontem, em entrevista à imprensa na Assembleia Legislativa, Tarcísio foi questionado duas vezes sobre o assunto e não respondeu. "Não vou falar sobre isso hoje", disse. Interlocutores do governador, no entanto, afirmam que Ferraz deve permanecer no cargo.

O governador esteve na sede do Legislativo para entregar dois projetos de lei --um que prevê aumento de salário para policiais militares e civis e outro que estabelece o salário-mínimo paulista em R$ 1.550, representando um ajuste de cerca de 20%.

Na opinião de bolsonaristas e até de petistas, a demissão do secretário poderia sinalizar que Tarcísio estaria cedendo ao governo federal, já que Ferraz se tornou alvo de ministros de Lula que o acusam de fabricar fake news.

O deputado estadual Gil Diniz (PL), aliado de Tarcísio, afirmou na tribuna da Assembleia que a esquerda quer derrubar o secretário e disse apoiá-lo publicamente. "Tentaram envolver o secretário com narrativa falaciosa", completou.

Depois dos boatos de que Ferraz seria substituído, na sexta-feira, parte dos auxiliares do governador considera que o assunto foi superado e esclarecido --e que, portanto, o secretário não será demitido.

Outros aliados de Tarcísio, no entanto, afirmam que a questão está em aberto e que o governador ainda apura quais foram os erros e seus responsáveis. O episódio poderia servir de ensejo para que Tarcísio finalmente conseguisse atrair o empresário Marcos Troyjo para seu governo, algo que ele gostaria.

A crise colocou o governador entre a pressão de bolsonaristas e aliados de Lula. Numa ligação que recebeu do presidente petista, como revelou a coluna Painel, da Folha de S.Paulo, Tarcísio procurou explicar o episódio a Lula.

Tarcísio propõe aumento de 20% para policiais

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), protocolou ontem um projeto de lei que concede um aumento médio de 20,2% a partir de julho para os policiais do estado.

Ele apresentou ainda uma segunda proposta, que reajusta o salário mínimo no estado em 20,7% -o valor passaria dos atuais R$ 1.284 para R$ 1.550.

As duas medidas ainda precisam ser aprovadas pela Assembleia Legislativa para entrar em vigor.

No caso do aumento para policiais, o percentual pode chegar a 30% para quem estiver no início da carreira. O piso da Polícia Militar, por exemplo,deve passar de R$ 3.500 para R$ 5.600, de acordo com o secretário de Segurança Pública (SSP), Guilherme Derrite.

"O policial vai se sentir muito mais motivado para trabalhar", disse ele ao apresentar a proposta para os deputados estaduais.

Se for aprovada pelo Legislativo estadual, o reajuste deve contemplar mais de 150 mil integrantes das forças de segurança, incluindo profissionais das polícias Civil, Militar, Técnico-Científica e Corpo de Bombeiros, além de aposentados e pensionistas.

"Os percentuais do aumento estão sendo distribuídos pelos vários postos de graduações, classes das polícias Civil e Militar. A gente tenta reter profissionais no início de carreira, então acabamos dando mais para aqueles profissionais em posição de entrada. Retenho os postos de entrada e consigo segurar aquela pessoa", afirmou o governador ao apresentar o projeto.

"Como falei na campanha, temos foco de melhorar a segurança, para isso vamos usar tecnologia, reforçar o monitoramento e reforçar o efetivo. Agora, não adianta contratar e não conseguir preservar as pessoas. Para isso, estamos mandando o projeto de recomposição salarial", disse ele.

O impacto no orçamento deste ano será de R$ 2,5 bilhões. O governo já iniciou as negociações pela aprovação da medida. No dia 11 de abril, Tarcísio reuniu líderes da base aliada no Palácio dos Bandeirantes para apresentar as prioridades da gestão, o que incluiu os reajustes para os policiais.

No encontro, ele também afirmou que pretende aumentar os salários do restante do funcionalismo estadual durante seu mandato.

A valorização dos policiais foi uma das promessas de Tarcísio na campanha de 2022. O Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo afirma que o salário dos servidores paulistas da segurança pública é um dos mais defasados do país.

A delegada Jacqueline Valadares diz que a média salarial do delegado em São Paulo é de R$ 12 mil, enquanto a média nacional é de R$ 18 mil.

Nota

CELA DE THIAGO BRENNAND CABE NO CLOSET DE MANSÃO DO 'HERDEIRO' EM PORTO FELIZ

A cela em que o 'herdeiro' Thiago Brennand, 43, está preso no CDP (Centro de Detenção Provisória) 1 Pinheiros, na zona oeste da capital, tem apenas 6 m². O espaço é menor do que o closet da casa dele em Porto Feliz (SP), que tem exatos 11 m². Só a suíte principal da mansão tem 63 m², quase 11 vezes o tamanho da cela onde Brennand aguarda o resultado de oito processos a que responde por agressões e crimes sexuais como estupro. Ao todo, a residência tem 450 m² de área construída e fica em um terreno de 2.500 m². O empresário está isolado em uma cela considerada padrão, com cama de alvenaria, colchão, chuveiro, pia e vaso sanitário. O isolamento deve durar de dez a 30 dias, segundo o governo paulista. Brennand foi extraditado dos Emirados Árabes e desembarcou no Aeroporto de Guarulhos no sábado passado. Ele viajou ao país em setembro do ano passado horas antes de ser denunciado pelo Ministério Público por agredir uma modelo em uma academia da capital. Ao menos no início da sua permanência no país árabe, ele se hospedou no Hotel Rosewood Abu Dhabi, um hotel de luxo que possui quartos que, segundo sites de reservas de hotéis, tem diárias que custam entre R$ 1.000 e R$ 39 mil.

OUTONO: Sol com poucas nuvens. Não chove. Manhã Tarde Noite 31º 21º 5% 06:13 17:25

JUNTA COMERCIAL

Governo do Estado facilita a abertura de novos negócios no RJ

Reforçando o compromisso com a desburocratização, simplificação e agilidade de processos, o Governo do Estado tirou do papel uma iniciativa para atrair novos negócios para o Rio de Janeiro. Trata-se da Resolução Cogire 07, da Junta Comercial do Rio de Janeiro (Jucerja), publicada nesta terça-feira no Diário Oficial. Na prática, a medida garante mais celeridade na concessão de alvarás, facilitando a abertura de empresas em todo território fluminense.

"Essa é mais uma medida para desburocratizar o Estado e atrair novas empresas, garantindo mais emprego e renda em todo o Rio de Janeiro. É nosso compromisso manter um ambiente de negócios atraente, que incentive investimentos, para fomentar ainda mais a economia", declarou o governador Cláudio Castro.

O texto dá nova redação à Resolução Cogire 05, de 27 de outubro de 2020, e reclassifica 67 CNAEs (códigos que definem as atividades exercidas por uma empresa) para Risco 1, o mais baixo na classificação de riscos. Ou seja, torna mais fácil a abertura de novas empresas, cujas atividades estão incluídas nesta relação, já que esse tipo de empresa tem acesso ao alvará de funcionamento de forma automatizada. O número representa um aumento de 19% em relação à primeira listagem das atividades de Risco 1, publicada na Resolução Cogire 05.

OUTROS ESTADOS

A resolução foi aprovada em reunião mensal do Cogire (Comitê Gestor de Integração do Registro Empresarial), órgão presidido pela Jucerja e que reúne representantes de 14 entidades ligadas ao registro de empresas. Prefeituras e outros órgãos também são convidados a participar das reuniões. O Rio de Janeiro é o primeiro estado a contar com um comitê com esta função e está servindo de exemplo para outros estados do país.

"Com a aprovação da Resolução Cogire 07, firmamos o nosso compromisso com a melhoria do ambiente de negócios no estado. A reclassificação de risco aparece como mais uma facilidade para o empresário fluminense. Novas empresas significam mais oportunidades de empregos e renda e, consequentemente, o crescimento do desenvolvimento econômico no Rio de Janeiro", afirma o presidente da Jucerja e do Cogire, Sérgio Romay.

CRISE REGIONAL

Conflito no Sudão leva 100 mil a fugirem pela fronteira

O conflito no Sudão já provocou a fuga de aproximadamente 100 mil pessoas pelas fronteiras e está criando uma crise humanitária que pode se estender para outros países, alertou ontem as Nações Unidas. No total, 528 mortes foram confirmadas desde que os combates iniciaram, no último dia 15.

Segundo a ONU, o conflito pode se transformar em um desastre ainda maior, uma vez que os vizinhos já lidam com crises de refugiados e os combates dificultam a entrega de ajuda no Sudão, um dos países mais pobres do mundo e onde dois terços dos 45 milhões de habitantes dependem de algum tipo de auxílio externo.

Os alertas foram feitos enquanto tiros e explosões ecoavam na capital, Cartum, após várias tentativas fracassadas de cessar-fogo entre as forças do Exército sudanês, lideradas pelo general Fatah al-Burhan, e do grupo paramilitar RSF (Forças de Apoio Rápido), comandadas pelo também general Mohamed Hamdan Dagalo, conhecido como Hemedti.

Ao manifestar preocupação com uma expansão da crise, o presidente do Egito, Abdel-Fattah al-Sisi, disse que o Cairo forneceria apoio ao diálogo. Ao mesmo tempo, ele se mostrou cauteloso e disse que estava tendo cuidado para não interferir nos assuntos domésticos do país vizinho.

"Toda a região pode ser afetada", afirmou al-Sisi nesta terça, quando um representante do Exército sudanês se reuniu com autoridades egípcias no Cairo para discutir o conflito.

Diante das dificuldades, funcionários das Nações Unidas informaram que o coordenador de ajuda emergencial da ONU, Martin Griffiths, pretendia visitar o Sudão nos próximos dias, segundo a agência de notícias Reuters. Já o Programa Mundial de Alimentos informou nesta segunda (1º) que estava retomando o trabalho nas áreas mais seguras do país —a agência havia interrompido a operação por questões de segurança no começo do conflito, quando três funcionários foram mortos.

"O risco é que não seja apenas uma crise no Sudão, mas uma crise regional", reforçou Michael Dunford, diretor do Programa Mundial de Alimentos para a África Oriental. Na terceira semana do conflito, os líderes dos grupos rivais não mostram sinais de recuo, tampouco parecem capazes de garantir uma vitória rápida. Isso aumenta os temores de um conflito prolongado, além da interferência de forças externas.

EUA

Justiça condena ex-policial do caso George Floyd

Um ex-policial de Minneapolis, nos Estados Unidos foi condenado ontem por envolvimento no assassinato de George Floyd. Tou Thao foi responsável por afastar os pedestres que testemunharam o homicídio, em caso que provocou revolta e deu origem a uma onda de protestos em todo o mundo contra o racismo e a violência policial.

Em veredicto de 177 páginas, o juiz Peter Cahill concluiu que Thao "encorajou ativamente a contenção perigosa de Floyd" por seus três colegas. Ele pode pegar até quatro anos de prisão --a sentença será divulgada em 7 de agosto. "Com base no treinamento, Thao estava ciente de que a repressão que testemunhou desviava-se grosseiramente do padrão e que era extremamente perigosa", escreveu Cahill no veredicto.

Thao, que já havia sido condenado em um tribunal federal por negar assistência médica e privar a vítima de seus direitos civis, foi o último dos quatro ex-policiais que enfrentaram julgamento em um tribunal estadual por envolvimento no caso.

Floyd era um homem negro e morreu por sufocamento em maio de 2020 quando Derek Chauvin, um policial branco, pressionou por mais de nove minutos o joelho contra seu pescoço. O assassinato foi filmado por testemunhas e compartilhado nas redes sociais.

Enquanto Floyd estava imobilizado, Thao impediu a aproximação de pedestres. Algumas das pessoas que passavam pelo local gritaram para que a ação fosse interrompida, alertando várias vezes que Floyd estava sendo sufocado.

O procurador-geral de Minnesota, Keith Ellison, disse que a decisão desta terça é histórica. "É um passo no caminho para a justiça", afirmou. Ao contrário dos outros três policiais, Thao não se declarou culpado.

ÁGUA VERMELHA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME Nº 26.855.869/0001-01 - NIRE 3330033207-3
Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 24/04/2023 - Data, Hora e Local: Em 24/04/2023, às 10:00hs, na sede da Água Vermelha Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os conselheiros da Companhia. **Composição da Mesa**: Assumiu a presidência o Sr. Rodrigo Costa Rocha, que convidou a Sra. Cynthia Sisconetto Lemos para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria da Companhia. **Deliberações**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os conselheiros da Companhia aprovaram a eleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia, Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, 110, 9º andar, sala 945, Botafogo, CEP: 22290-240; e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, 110, 9º andar, sala 945, Botafogo, CEP: 22290-240. Os Diretores ora eleitos terão mandato até 02 de maio de 2024 e assumem seus cargos na presente data, mediante a apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Rodrigo Costa Rocha - Presidente da Mesa; Cynthia Sisconetto Lemos - Secretária. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 28/04/2023 sob o nº 00005446820, Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

EÓLICA MANGUE SECO 4
GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ nº 11.643.647/0001-58 - NIRE 33.300.340513
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 12/04/2023 - 1. Data, Hora e Local: Realizada em 12/04/2023, às 14:00hs, na sede da Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **2. Mesa:** Sr. Rodrigo Costa Rocha como Presidente e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca como Secretária. **3. Presença:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença do acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias, **5.1.** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Exame, discussão e aprovação das contas da administração, do balanço patrimonial, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022, conforme publicado no Jornal Diário do Acionista, na edição de 06/04/2023, página 04. (ii) Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2022. **5.2.** Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovação da reversão de R$ 6.520.942,59 (seis milhões quinhentos e vinte mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) da reserva de retenção de lucros, para fins de distribuição de dividendos ao acionista a serem pagos até dia 30/06/2023. **6. Deliberações:** Após discutir e analisar os temas propostos na ordem do dia e documentos correlatos, o acionista, sem quaisquer restrições, deliberou: **6.1.** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Aprovar as contas da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022, constantes do Anexo I desta ata. (ii) Tendo a Companhia apresentado lucro líquido no exercício social encerrado em 31/12/2022 no montante de R$ 6.989.781,33 (seis milhões novecentos e oitenta e nove mil setecentos e oitenta e um reais e trinta e três centavos), aprovar a destinação de (a) R$ 349.489,07 (trezentos e quarenta e nove mil quatrocentos e oitenta e nove reais e sete centavos) à reserva legal, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia; (b) R$1.660.073,07 (um milhão seiscentos e sessenta mil setenta e três reais e sete centavos) à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios ao acionista, consoante disposto no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia, a serem pagos até 30/06/2023 e (c) R$ 4.980.219,20 (quatro milhões novecentos e oitenta mil duzentos e dezenove reais e vinte centavos) à distribuição de dividendos ao acionista decorrentes do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2022 a serem pagos até 30/06/2023. **6.2.** Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar a reversão de R$ 6.520.942,59 (seis milhões quinhentos e vinte mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) da reserva de retenção de lucros, para fins de distribuição de dividendos ao acionista a serem pagos até dia 30/06/2023. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **8. Assinaturas:** Mesa: Rodrigo Costa Rocha (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: V2I Energia S.A., neste ato representada por seus representantes legais. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. Rodrigo Costa Rocha - *Presidente da Mesa;* Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - *Secretária.* JUCERJA: Certifico o arquivamento em 27/04/2023 sob o nº 00005444471, Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

CONDOMÍNIO POLO COMERCIAL DE JACAREPAGUÁ
CNPJ 40.266.280/0001-07
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação - A Sra. Síndica em exercício do Condomínio Polo Comercial de Jacarepaguá, situado na Estrada de Jacarepaguá, 7.709- Freguesia/Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, no uso de suas atribuições, convoca os senhores condôminos para reunirem-se em AGO, no dia 25/05/23, às 18h30min em primeira convocação, e às 19:00h em segunda e última convocação, com qualquer número de presença, nas salas 211 e 212 do Condomínio, para validamente discutirem e deliberarem a seguinte ordem do dia: 1) Ratificação dos atos da administração praticados até 25/05/23; 2) Aprovação do relatório e das contas da administração no período de 01/05/22 a 30/04/23; 3) Aprovação do orçamento anual com a fixação da cota condominial, do fundo de reserva e do fundo do 13º salário para o período de 01/05/23 a 30/04/24; 4) Eleição de Síndico, subsíndico, membros efetivos e suplentes do conselho fiscal. 5) Aprovação de proposta para pintura da fachada do prédio com a utilização de recursos já provisionados; 6) Assuntos gerais. Os condôminos irregulares com suas contribuições poderão participar da Assembleia sem, contudo, terem direito a voto. Na forma da Cl. 17 da Convenção, é lícito fazer-se o condômino representar na Assembleia, por procurador, com poderes especiais, por instrumento escrito e com firma reconhecida, condômino ou não, desde que não seja o próprio síndico ou membro do conselho consultivo. Rio de Janeiro, 26 de abril de 2023. Elaine Rubinstein Rosa - Síndica.

MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A
CNPJ/MF Nº 04.743.858/0001-05 - NIRE 33300269011
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2022 LOCAL E HORA: Sede social situada na Rua São Francisco Xavier, nº 603, 4º andar - parte, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, às 10:00 horas. QUORUM: Presentes os Srs. Acionistas representando a totalidade do capital social. MESA: Presidência do Sr. Luciano Reis da Silva e secretariado pelo Sr. Vinicius Leite Correa. CONVOCAÇÃO: Publicação dispensada nos termos do Art. 124, 8 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, eis que presentes os Srs. Acionistas representando a totalidade do capital social da companhia. ORDEM DO DIA: (a) Deliberar sobre a incorporação de parte do montante da Reserva Especial ao Capital Social Integralizado, aumentando o Capital Social Integralizado da Companhia, sem emissão de novas ações, nos termos do Art. 169 e §1º da Lei nº 6.404/96; (b) Deliberar sobre o au mento do Capital Autorizado; (c) Deliberar sobre a alteração do Art. 5º do Estatuto Social, em razão das propostas de alterações contidas nos itens "a" e "b" da ordem do dia desta Assembleia Geral Extraordinária. DELIBERAÇÃO TOMADA POR UNANIMIDADE: (a) Aprovado o aumento do Capital Social Integralizado da Companhia de R$ 175.000.000,00 (setenta e setenta e cinco milhões de reais) para R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), utilizando parte da Reserva Especial; (b) Aprovado também o aumento do Capital Social Autorizado de R$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) para R$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais); (c) Em razão das alterações promovidas pela aprovações contidas nos itens "a" e "b" desta Assembleia, foi aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia, passando a ter a seguinte redação: "Art. 5º: O Capital Social Autorizado é de R$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e o Capital Social Integralizado é de R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), dividido 41.610 (quarenta e uma mil seiscentas e dez) Ações Nominativas, todas sem valor nominal, sendo todas Ações Ordinárias Nominativas". ENCERRAMENTO: Facultada a palavra a quem dela quisesse fazer uso, ninguém se manifestou, razão pela qual a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, foi esta Ata, depois de lida e aprovada, assinada por todos os acionistas presentes. Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 2022. Atesto que a presente Ata é cópia fiel extraída do original que se encontra transcrita no livro próprio. Esta ata foi arq uivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, em 27/04/2023 sob o número 00005443437.

MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A
CNPJ/MF Nº 04.743.858/0001-05 - NIRE 33300269011
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023 LOCAL E HORA: Sede social situada na Rua São Francisco Xavier, nº 603, 4º andar - parte, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, às 11:00 horas. QUORUM: Presentes os representantes da integralidade do capital social, na forma do Art. 132 e seguintes da Lei nº 6.404 de 15/12/1976. MESA: Presidência do Sr. Luciano Reis da Silva e secretariada pelo Sr. Vinicius Leite Correa. CONVOCAÇÃO: Publicação dispensada nos termos do Art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, eis que presentes os Srs. Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. ORDEM DO DIA: QUORUM: (a) Aprovar o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2022, publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário dos Acionistas em 28 de abril de 2023; (b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; e (c) Cientificar os acionistas sobre o Relatório dos Auditores independentes. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: (a) Aprovados por unanimidade de votos o Relatório da Diretoria, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2022, elaborados na forma do Art. 176 da Lei nº 6.404/76. (b) Aprovada a destinação do lucro no valor de R$ 56.029.819,21 (cinquenta e seis milhões e vinte e nove mil e oitocentos e dezenove reais e vinte e um centavos) obtido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo 5% deste valor, ou seja, R$ 2.801.490,96 (dois milhões e oitocentos e um mil e quatrocentos e noventa reais e noventa e seis centavos), destinado à reserva legal e o restante, isto é, R$ 53.228.328,25 (cinquenta e três milhões e duzentos e vinte e oito mil e trezentos e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos) destinado à reserva especial, na forma do Art. 38, §1º do Estatuto Social, conforme informado pela Diretoria a esta Assembleia; e (c) Cientificados os acionistas sobre o Relatório dos Auditores Independentes quanto às demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o qual encontra-se arquivado na sede da companhia, todos se declararam cientes do seu inteiro teor e o aprovaram sem ressalva. ENCERRAMENTO: Facultada a palavra a quem dela quisesse fazer uso, ninguém se manifestou, razão pela qual a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, foi esta Ata, depois de lida e aprovada, assinada por todos os acionistas presentes. Rio de Janeiro, 28 de abril de 2023. Atesto que a presente Ata é cópia fiel extraída d o original que se encontra transcrita no livro próprio. Esta ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, em 02/05/2023 sob o número 00005450169.

REQUERIMENTO DE LICENÇA
Instituto Moreira Salles, CNPJ 58.397.563-0001/45 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo N°EIS-PRO-2022/12811.02, Licença Ambiental Municipal de Instalação para construção de edificação de uso exclusivo destinada a museu na Rua Marquês de São Vicente, n°508, Gávea, Rio de Janeiro/RJ.

LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.
CNPJ/MF Nº 24.100.518/0001-65 - NIRE 33.3.0032400-3
Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 12/04/2023 - 1. Data, Hora e Local: Realizada em 12/04/2023, às 10:00hs, na sede da **LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.** ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **2. Mesa:** Sr. Rodrigo Costa Rocha como Presidente e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca como Secretária. **3. Presença**: Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. Convocação**: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **5. Ordem do Dia**: (i) Exame, discussão e aprovação das contas da administração, do balanço patrimonial, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022, conforme publicado no Jornal Diário do Acionista, na edição de 06 de abril de 2023, página 05 e (ii) destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2022. **6. Deliberações:** Após discutir e analisar os temas propostos na ordem do dia e documentos correlatos, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: (i) Aprovar as contas da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022, constantes do Anexo I desta ata. (ii) Tendo a Companhia apresentado lucro líquido no exercício social encerrado em 31/12/2022 no montante de R$ 36.221.442,96 (trinta e seis milhões duzentos e vinte e um mil quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos), aprovar a destinação de (a) R$ 1.811.072,15 (um milhão oitocentos e onze mil setenta e dois reais e quinze centavos) à reserva legal, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia; (b) R$ 8.602.592,70 (oito milhões seiscentos e dois mil quinhentos e noventa e dois reais e setenta centavos) à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios ao acionista, consoante disposto no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia, a serem pagos até 30/06/2023 e (c) R$ 25.807.778,11 (vinte e cinco milhões oitocentos e sete mil setecentos e setenta e oito reais e onze centavos) à constituição de reserva de retenção de lucros. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **8. Assinaturas:** Mesa: Rodrigo Costa Rocha (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: Sertões Holding S.A.. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **Rodrigo Costa Rocha -** *Presidente da Mesa;* **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca -** *Secretária.* JUCERJA: Certifico o arquivamento em 27/04/2023 sob o nº 00005444383, Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

MANGUE SECO HOLDING S.A.
CNPJ Nº 41.318.907/0001-80 - NIRE Nº 33.3.0033728-8
Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 24/04/2023 - Data, Hora e Local: Em 24/04/2023, às 13:00hs, na sede da Mangue Seco Holding S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os conselheiros da Companhia. **Composição da Mesa**: Assumiu a presidência o Sr. Rodrigo Costa Rocha, que convidou a Sra. Cynthia Sisconetto Lemos para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria da Companhia. **Deliberações**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os conselheiros da Companhia aprovaram a eleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia, Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, 110, 9º andar, sala 945, Botafogo, CEP: 22290-240; e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca,** brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, 110, 9º andar, sala 945, Botafogo, CEP: 22290-240. Os Diretores ora eleitos terão mandato até 24 de maio de 2024 e assumem seus cargos na presente data, mediante a apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Rodrigo Costa Rocha - Presidente da Mesa; Cynthia Sisconetto Lemos - Secretária. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 28/04/2023 sob o nº 00005447097, Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.